



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Superintendência Federal de Agricultura em Alagoas

- SFA/AL -

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Março/2011

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Superintendência Federal de Agricultura em Alagoas

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010

Maceió/AL, 29 de março de 2011



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
A. PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010 – CONTEÚDO GERAL	8
1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.....	8
2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.....	8
2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	8
2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	10
2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ	11
2.3.1 EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ	11
2.3.2 EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ.....	22
2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO.....	24
2.4.1 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA.....	24
2.4.1.1 MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA.....	24
2.4.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA	31
2.4.2.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ	31
2.4.2.1.1 DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	31
2.4.2.1.2 DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA.....	32
2.4.2.1.3 DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA	33
2.4.2.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS RECEBIDOS PELA UJ POR MOVIMENTAÇÃO	34
2.4.2.2.1 DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	34
2.4.2.2.2 DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	35
2.4.2.2.3 DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	37
2.4.3 INDICADORES INSTITUCIONAIS	38
3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.....	44
3.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	44
4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.....	44
4.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	44
5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.....	45
5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos	45
5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	48
5.3 Composição do Quadro de Estagiários.....	48
5.4 Quadro de custos de recursos humanos.....	50
5.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	52
5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	54
6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.....	56
6.1 TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS NO EXERCÍCIO	56
6.1.1 RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2010	56
6.1.2 QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS.....	58



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal em Alagoas – SFA-AL.
Gabinete da Superintendência



6.1.3	INFORMAÇÕES SOBRE O CONJUNTO DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS QUE VIGERÃO NO EXERCÍCIO DE 2011 E SEGUINTE	58
6.1.4	INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE	59
7.	PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.	59
7.1	Estrutura de controles internos da UJ	59
8.	PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.	61
8.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	61
9.	PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.	62
9.1	Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	62
10.	PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.	63
10.1	Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	63
	ANEXOS	64
	DECLARAÇÃO DO IR DO CONTADOR DA UJ	65
	DECLARAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA UJ	66



LISTA DE QUADROS

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO	11
QUADRO A.2.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES DA SFA/AL	22
QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA	25
QUADRO A.2.14 – INDICADORES INSTITUCIONAIS	39
QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES ..	44
QUADRO A.5.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010	45
QUADRO A.5.2 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010	46
QUADRO A.5.3 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS.....	47
QUADRO A.5.4 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010	48
QUADRO A.5.5 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010	48
QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	49
QUADRO A.5.7 - QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010.....	50
QUADRO A.5.8 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA	52
QUADRO A.5.9 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.....	53
QUADRO A.6.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	56
QUADRO A.6.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS.....	58
QUADRO A.6.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE.....	58
QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	59
QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	61



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal em Alagoas – SFA-AL.
Gabinete da Superintendência



QUADRO A.11.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO	62
QUADRO A.11.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ	62



INTRODUÇÃO

A Superintendência Federal de Agricultura em Alagoas, SFA/AL, apresenta o seu relatório de gestão referente às ações de 2010. Este foi um ano atípico por caracterizar-se como ano de eleições federais, impondo uma série de restrições.

Durante 2010 a SFA/AL passou por dois momentos distintos em sua administração, durante o primeiro semestre sofreu contingenciamento de recursos, ficando impossibilitada de renovar e assinar contratos, e no segundo semestre recebeu a maioria dos recursos orçados e teve que correr contra o tempo para cumprir as metas que lhe cabiam.

Este ano também se caracterizou por mudanças regimentais, com o advento da portaria 428, de junho de 2010, que redesenhou as Superintendências Federais de Agricultura, atribuindo-lhe novas competências e remodelando a sua estrutura organizacional.

Nas páginas a seguir pode-se conferir toda a prestação de contas desta instituição.



A. PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 107/2010 – CONTEÚDO GERAL

1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL			
PODER E ÓRGÃO DE VINCULAÇÃO			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA			Código SIORG: 000014
IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação completa: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Alagoas			
Denominação abreviada: SFA/AL			
Código SIORG: 002787	Código LOA: 22101	Código SIAFI: 130027	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Regulamentação e Fiscalização das questões econômicas na agricultura Federal Estadual e Municipal			Código CNAE: 8473-2
Telefones/Fax de contato:	(82) 3315-7000	(82) 3315-7001	(82) 3121-7047
E-mail: sfa-al@agricultura.gov.br			
Página na Internet: http://www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Avenida Fernandes Lima, nº. 72, bairro, Farol, CEP-57.050-900, Maceió-AL			
NORMAS RELACIONADAS À UNIDADE JURISDICIONADA			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei Delegada nº 9, de 11/10/1962, publicada no DOU de 12/10/1962, republicada em 03/01/1963. Decreto nº4629, de 22/03/2003, republicado no DOU de 21/03/2003. Decreto Nº 5351, DE 21 DE JANEIRO DE 2005.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
A Portaria 300 de 16 de junho de 2005, publicada no D.O.U. de 20 de junho de 2005, Portaria 428, de 09 de junho de 2010, publicada em 14 de junho de 2010.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Manual de Aquisição de Bens e Serviços, de TI, Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, Manual de Auditoria Operacional na Fiscalização de Insumos Agrícolas, Manual de Comunicações Administrativas, Manual de Convênios, Manual de Execução Orçamentária e Financeira, Manual de Licitação e Convênios, etc.			

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010

2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

As competências institucionais da Superintendência Federal de Agricultura no Estado de Alagoas estão definidas na portaria 428, artigo 1º, a saber:

“Art. 1º Às Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, unidades descentralizadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, diretamente subordinadas



ao Ministro de Estado, consoante orientação técnica dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério, compete executar atividades e ações de:

- I - defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias;*
- II - fomento e desenvolvimento agropecuário e da heveicultura;*
- III - assistência técnica e extensão rural;*
- IV - infraestrutura rural, cooperativismo e associativismo rural;*
- V - produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, cana-de-açúcar, açúcar e álcool;*
- VI - administração e desenvolvimento de pessoas, bem assim de serviços gerais;*
- VII - planejamento estratégico e planejamento operacional;*
- VIII - programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados;*
- IX - qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e*
- X - aperfeiçoamento da gestão da Superintendência Federal.*

Parágrafo único. As Superintendências Federais têm jurisdição no âmbito de cada Estado da Federação e do Distrito Federal, podendo haver alteração desse limite, no interesse comum, para a execução das atividades de defesa agropecuária e de apoio à produção e à comercialização agropecuária, à infraestrutura rural, bem como ao cooperativismo e ao associativismo rural, mediante ato do Ministro de Estado. ”“.



2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

A Superintendência Federal de Agricultura em Alagoas (SFA/AL) passou por transformações institucionais que impactaram diretamente na sua estratégia.

A portaria 428, de junho de 2010, modificou toda a estrutura regimental das SFAs, implicando numa transformação interna, em especial na área-fim de atuação, que desenvolve as ações de defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias.

O ano de 2010 também foi marcado por mudanças do cenário político, que levaram ao contingenciamento de despesas e alterações da estrutura gestora do Ministério. Contudo as ações da Gestão Estratégica, que vêm sendo desenvolvidas desde 2006, não foram interrompidas. Na verdade, houve um reforço institucional com incremento de treinamentos no segundo semestre.

A Gestão por Projetos foi incorporada, sendo treinados cinco servidores, que deverão atuar como multiplicadores.

Os programas Caminho do Conhecimento e Mapa do Saber foram plenamente aproveitados pelos servidores da SFA/AL. Foram capacitados em Direito Administrativo, Licitações, Matemática Financeira entre outros.

No cenário político estadual, a execução dos convênios firmados entre a Agência de Defesa Agropecuária de Alagoas (ADEAL) teve dificuldades de executar suas ações devido ao período de instabilidade e substituição de diretores e técnicos.

Foi desenvolvida a primeira Reunião de Análise Estratégica (RAE) que teve como objetivo mensurar os resultados estratégicos alcançados pela SFA/AL. Outro evento importante foi a Oficina de Alinhamento Estratégico Operacional (OAEO), de iniciativa local da SFA/AL, que teve como objetivo o nivelamento entre os diversos setores, compartilhando informações para a melhoria das rotinas e fluxos de processo da SFA/AL.



2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ

A SFA/AL tem sob sua responsabilidade a gestão de sete programas, somando 26 (vinte seis) ações. Dentre os programas, seis são finalísticos e um da área-meio.

2.3.1 EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ

Nos quadros abaixo, estão apresentados os programas e as ações desenvolvidas pela SFA/AL. Ressalta-se que para melhor representar a realidade desta instituição, os indicadores mensurados incluem os que estão previstos no PPA e os utilizados operacionalmente para aferir a efetividade de todas as ações.

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO						
IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO						
Código no PPA: 0356		Denominação: SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores						
Objetivos Específicos: Garantir a segurança alimentar						
Público Alvo: Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores						
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA						EM R\$ 1,00
Código da ação no PPA: 4745		Denominação: FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COM ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS				
Gerente: Marcus Vinícius Segurado Coelho				Responsável: Francisco Luiz Barros Oliveira		
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
6.384,05	6.384,05	2.239,24	2.239,24		2.188,25	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Meta alcançada	01/01/2010	-	-	100%	160%
Fórmula de Cálculo do Índice						
(Nº de fiscalizações realizadas / Nº de fiscalizações previstas) X 100						
Análise do Resultado Alcançado						
O índice superou a meta prevista devido às várias demandas enviadas à divisão responsável.						

Continua



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal em Alagoas – SFA-AL.
Gabinete da Superintendência



Continuação

Código da ação no PPA: 4746		Denominação: PADRONIZAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS				
Gerente: Francisco Sergio Ferreira Jardim			Responsável: Celso Walter C. Barros			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
5.450,00	5.450,00	2.206,16	2.206,16		2.206,16	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Índice de produtos fiscalizados em conformidade	01/01/2010	-	-	100%	100%
Fórmula de Cálculo do Índice						
(Produtos fiscalizados em conformidade / Total de produtos analisados) X 100						
Análise do Resultado Alcançado						
Não foram encontrados produtos fora de conformidade.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Amostras de produtos em conformidade	01/01/2010	-	-	83,33%	83,33%
Fórmula de Cálculo do Índice						
(Amostras de produtos em conformidade / Total de amostras analisadas) X 100						
Análise do Resultado Alcançado						
Foram encontradas 16,67% das amostras fora de conformidade, percentual aceitável para a meta estipulada.						
Código da ação no PPA: 8938		Denominação: INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL				
Gerente: Francisco Sergio Ferreira Jardim			Responsável: Celso Walter C. Barros			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
121.594,73	121.594,73	64.309,22	64.309,22	527,28	63.781,94	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal	01/01/2010	100	131,25	143,75	131,25
Fórmula de Cálculo do Índice						
Índice conformidade de produtos de origem animal = (0,7 X (Nº de relatório de auditoria anual / Nº Total de relatórios de auditoria)) + (0,3 X (Nº de amostras em conformidade / Nº de amostras total))						
Análise do Resultado Alcançado						
100% dos estabelecimentos foram fiscalizados na acepção genérica do termo. Porém, o índice de conformidade dos produtos de origem animal foi prejudicado pela quantidade pequena de amostras coletadas e enviadas ao laboratório LANAGRO-PE, uma vez que este paralisou suas atividades devido a reformas tanto na área de microbiologia quanto físico-química. Em relação às auditorias, com exceção da área de pescado, não houve nenhuma nos demais estabelecimentos. O contingenciamento provocou um acúmulo de tarefas para o quarto trimestre do ano, acarretando o não cumprimento das metas, principalmente falta de supervisões. A pulverização das ações do DIPOA em programa requer uma gestão específica e uma retroalimentação mensal, nem sempre possível devido ao reduzido quadro de pessoal (FFAs e AISIPOAs). A não efetivação da compra de mobiliário e equipamentos como GPS, brocas e trados para coleta de amostras, termômetros dentre outros, com os recursos descentralizados para este fim comprometeram a eficiência nas coletas de amostras, como também a produtividade e a qualidade do serviço.						

Continua



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal em Alagoas – SFA-AL.
Gabinete da Superintendência



Continuação

Código da ação no PPA: 8938		Denominação: INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL				
Gerente: Francisco Sergio Ferreira Jardim			Responsável: Celso Walter C. Barros			
Código da ação no PPA: 8939		Denominação: INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL				
Gerente: Francisco Sergio Ferreira Jardim			Responsável: Celso Walter C. Barros			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
10.651,20	10.651,20	5.727,66	5.727,66	4.923,54	5.727,66	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Índice de inspeções em conformidade com as normas	01/01/2010	0,79	0,85	0,83	0,607
Fórmula de Cálculo do Índice						
Índice de conformidade de produtos de origem vegetal = (0,5 X (Nº de estabelecimentos inspecionados / Nº de estabelecimentos registrados)) + (0,5X (Nº de amostras de produtos em conformidade / Nº de amostras de produtos analisadas)						
Análise do Resultado Alcançado						
O Programa Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas, especificamente a ação Inspeção e Fiscalização de produtos de Origem Vegetal, tem como objetivo principal a garantia da segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal. No exercício 2010, a conformidade dos produtos de origem vegetal fiscalizados em Alagoas atingiu o índice de 0,607. Analisando-se os parâmetros avaliados no ICV, verificamos que 79,41% das amostras de vinhos, bebidas e fermentados acéticos analisados apresentaram conformidade com os padrões de identidade e qualidade oficiais. No ANO de referência, a coleta de amostras de fiscalização foi prejudicada pela suspensão do apoio laboratorial concedido pelo Lanagro-PE, setor de microbiologia, que paralisou as suas atividades em função de reformas em suas instalações. Outro fator que inviabilizou a coleta de amostras foi a inadequação sanitária do laboratório do Sifisv- bebidas/classificação, utilizado, dentre outros fins, para o armazenamento de amostras fiscais coletadas (perecíveis e não-perecíveis). O laboratório permaneceu interditado devido à grande quantidade de mofo decorrente de constantes infiltrações. No exercício 2010, foram inspecionados 45 estabelecimentos produtores/envasilhadores de Vinhos, Bebidas e Fermentados Acéticos, correspondendo a 88,24 % do total de inspeção prevista na LOA para Alagoas. Em relação ao total de empresas registradas no Estado, percebemos que as inspeções foram em número insuficiente à garantia da qualidade da produção vegetal fiscalizada. As atividades em 2010 foram prejudicadas devido a certos fatores, dentre eles: a existência de dois fiscais para o acompanhamento das 107 empresas registradas, a impossibilidade de efetuar diligências de fiscalização com a participação dos dois técnicos lotados no setor (o que tornaria a ação fiscal mais rápida, eficiente e segura), o grande número de processos de registros de empresas/produtos a serem analisados e a condução paralela de processos administrativos de autos de infração.						
Fonte: SIPLAN, PPA 2008-2011						



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal em Alagoas – SFA-AL.
Gabinete da Superintendência



IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO						
Código no PPA: 0357		Denominação: SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos						
Objetivos Específicos: Garantir a segurança alimentar						
Público Alvo: Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária						
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA						EM R\$ 1,00
Código da ação no PPA: 2139		Denominação: VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERESTADUAL DE ANIMAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS				
Gerente: Guilherme Henrique Figueiredo Marques				Responsável: De 01/01/2010 a 30/08/2010 – Alvacy Umbelino Silva Responsável: De 30/08/2010 a 31/12/2010 – Antonio Vieira dos Santos		
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
10.868,30	10.868,30	8.681,01	8.681,01		8.681,01	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	% da meta atingido	01/01/2010	-	-	100%	171,97%
Fórmula de Cálculo do Índice						
(Nº de fiscalizações realizadas / Nº de fiscalizações previstas) X 100						
Análise do Resultado Alcançado						
Os recursos liberados foram suficientes para atender demandas extras às previstas para 2010.						
Código da ação no PPA: 4842		Denominação: ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA - NACIONAL				
Gerente: Guilherme Henrique Figueiredo Marques				Responsável: De 01/01/2010 a 09/04/2010 – Antonio Vieira dos Santos Responsável: De 09/04/2010 a 31/12/2010 – Isabel Cristine S. de Oliveira Teles		
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
50.375,90	50.375,90	36.265,05	36.265,05		36.265,05	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Índice de área livre	01/01/2010	-	-	-	Não aferido
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não existe específico no PPA. Não há índice aplicável às atividades realizadas pela SFA/AL.						

Continua



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal em Alagoas – SFA-AL.
Gabinete da Superintendência



Continuação

Código da ação no PPA: 4842		Denominação: ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA - NACIONAL				
Gerente: Guilherme Henrique Figueiredo Marques			Responsável: De 01/01/2010 a 09/04/2010 – Antonio Vieira dos Santos Responsável: De 09/04/2010 a 31/12/2010 – Isabel Cristine S. de Oliveira Teles			
Análise do Resultado Alcançado						
Tendo em vista as atividades executadas são principalmente pelos serviços oficiais estaduais. A SFA/AL, em atendimento ao constante na Portaria 428 de 09/06/2010 e sob orientação do DSA/SDA/MAPA, realiza atividades de acompanhamento , coordenação e supervisão das atividades executadas pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado de Alagoas (ADEAL), além de atividades de educação sanitária, sob demanda. As respectivas atividades constam nos comentários do SIPLAN para o ano de 2010.						
O Plano Operativo Anual para 2011, padronizado pela SDA/MAPA (memo circular nº 13/2010 DSA/MAPA e ofício circular 171/2010 – DSA), onde as unidades de medida não são compatíveis com a padronizada no PPA.						
Código da ação no PPA: 4842		Denominação: ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA - NACIONAL				
Gerente: Guilherme Henrique Figueiredo Marques			Responsável: De 01/01/2010 a 09/04/2010 – Antonio Vieira dos Santos Responsável: De 09/04/2010 a 31/12/2010 – Isabel Cristine S. de Oliveira Teles			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
50.375,90	50.375,90	36.265,05	36.265,05		36.265,05	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Índice de área livre	01/01/2010	-	-	-	Não aferido
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não existe específico no PPA. Não há índice aplicável às atividades realizadas pela SFA/AL.						
Análise do Resultado Alcançado						
Tendo em vista as atividades executadas são principalmente pelos serviços oficiais estaduais. A SFA/AL, em atendimento ao constante na Portaria 428 de 09/06/2010 e sob orientação do DSA/SDA/MAPA, realiza atividades de acompanhamento , coordenação e supervisão das atividades executadas pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado de Alagoas (ADEAL), além de atividades de educação sanitária, sob demanda. As respectivas atividades constam nos comentários do SIPLAN para o ano de 2010.						
O Plano Operativo Anual para 2011, padronizado pela SDA/MAPA (memo circular nº 13/2010 DSA/MAPA e ofício circular 171/2010 – DSA), onde as unidades de medida não são compatíveis com a padronizada no PPA.						

Continua



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal em Alagoas – SFA-AL.
Gabinete da Superintendência



Continuação

Código da ação no PPA: 4738		Denominação: ERRADICAÇÃO DA MOSCA DA CARAMBOLA				
Gerente: Guilherme Henrique Figueiredo Marques			Responsável: De 01/01/2010 a 09/04/2010 – Ismael Vital de Souza			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
0	0	0	0	0	0	
Informações sobre os resultados alcançados						
Orde m	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de sanidade	01/01/2010	09	08	08	10
Fórmula de Cálculo do Índice						
Taxa de Sanidade = ((Área Prevenida + Área Controlada) / Área Total) X 100						
Análise do Resultado Alcançado						
A SFA/AL tem 10 armadilhas, que é o mínimo previsto pela nossa legislação para controlar a área do Estado.						
Código da ação no PPA: 8572		Denominação: PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE PRAGAS DOS VEGETAIS – NACIONAL				
Gerente: Guilherme Henrique Figueiredo Marques			Responsável: De 01/01/2010 a 09/04/2010 – Antonio Vieira dos Santos Responsável: De 09/04/2010 a 31/12/2010 – Isabel Cristine S. de Oliveira Teles			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
50.375,90	50.375,90	36.265,05	36.265,05		36.265,05	
Informações sobre os resultados alcançados						
Orde m	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de sanidade	01/01/2010	-	-	100%	100,78%
Fórmula de Cálculo do Índice						
Taxa de Sanidade = ((Área Prevenida + Área Controlada) / Área Total) X 100						
Análise do Resultado Alcançado						
O exercício de 2010 foi bastante tumultuado no campo da fitossanidade em Alagoas, houve a ocorrência de algumas pragas Quarentenárias Presentes (A2), como a Cochonilha do Carmim (Dactylopius opuntiae), Mosca Negra dos Citrus (Aleurocanthus woglumi), Ferrugem Alaranjada da cana-de-açúcar (Puccinia kuehnii), Moko da Bananeira (Ralstonia solanacearum - Raça 2), fato esse que obrigou a execução de Planos de Contingências dessas Pragas, assim como foi intensificado os trabalhos de supervisão/fiscalização das Barreiras de Vigilância Fitossanitárias do Estado. Outrossim, buscou-se caracterizar como Área Livre do Mofo Azul do Tabaco (Peronospora tabacina), em 13 municípios do Estado, polarizados por Arapiraca-AL, com vistas às exportações de FUMO para a China.						
Os trabalhos de caracterização da Área Livre para a praga(Peronospora tabacina), não foram concluídos com êxito, devido ter-se dado início no final da fenologia da cultura do tabaco em diante, há portanto, a necessidade de se dar continuidade em 2011, partindo-se do mês de ABRIL/MAIO e atingindo-se o ciclo final da cultura, para se observar o que preconiza a metodologia científica específica, à guisa como foi feito no Estado da Bahia.						

Continua



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal em Alagoas – SFA-AL.
Gabinete da Superintendência



Continuação

Código da ação no PPA: 8658		Denominação: PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE DOENÇAS DOS ANIMAIS				
Gerente: Guilherme Henrique Figueiredo Marques			Responsável: De 01/01/2010 a 09/04/2010 – José Evio Lopes Lima			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
31.882,50	31.882,50	23.789,83	23.789,83	0	23.789,83	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de atendimento a propriedades	01/01/2010	0	0	100	15,97
Fórmula de Cálculo do Índice						
(Nº de propriedades atendidas / Nº de propriedades total) X 100						
Análise do Resultado Alcançado						
A grande maioria das atividades do PI PCEANIMAL é executada pela ADEAL. No exercício de 2010 a referida agência deixou de enviar para a SFA/AL, em tempo hábil, diversos relatórios de execução						
Fonte: SIPLAN, PPA 2008-2011						
IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO						
Código no PPA: 0375		Denominação: QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Salvar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores						
Objetivos Específicos: Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio						
Público Alvo: Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários						
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA					EM R\$ 1,00	
Código da ação no PPA: 2019		Denominação: FISCALIZAÇÃO DE MATERIAL GENÉTICO ANIMAL – NACIONAL				
Gerente: Beronete Barros de Freitas Araújo			Responsável: Marta Pedrosa Souto Maior Responsável: Leandro Cunha Vendrusculo			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
7.947,42	7.947,42	3.614,77	3.614,77		3.614,77	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Meta alcançada	01/01/2010			100	58,33
Fórmula de Cálculo do Índice						
(Nº de fiscalizações realizadas / Nº de fiscalizações planejadas) X 100						
Análise do Resultado Alcançado						
A equipe disponível para a execução da ação acumulou outras atividades em outros PIs, fazendo com que não fosse possível alcançar a meta planejada.						

Continua



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal em Alagoas – SFA-AL.
Gabinete da Superintendência



Continuação

Código da ação no PPA: 2124		Denominação: FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO ANIMAL – NACIONAL				
Gerente: Guilherme Henrique Figueiredo Marques			Responsável: Leandro Cunha Vendruscolo			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
4.540,00	4.540,00	3.447,43	3.447,43		3.447,43	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	% da meta atingido	01/01/2010	-	-	100%	29%
Fórmula de Cálculo do Índice						
(Nº de fiscalizações realizadas / Nº de fiscalizações previstas) X 100						
Análise do Resultado Alcançado						
A equipe disponível para a execução da ação acumulou outras atividades em outros PIs, fazendo com que não fosse possível alcançar a meta planejada.						
Código da ação no PPA: 2140		Denominação: FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO				
Gerente: Marcos Vinicius de S. Leandro Júnior			Responsável: Leandro Cunha Vendruscolo Responsável: Severino Rodrigues Melo			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
7.340,00	7.340,00	1.733,40	1.733,40		1.733,40	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1		01/01/2010			100	47,55
Fórmula de Cálculo do Índice						
(Nº de fiscalizações realizadas / Nº de fiscalizações previstas) X 100						
Análise do Resultado Alcançado						
A atividade apresentou um alcance abaixo do esperado em função de algumas Licenças Prêmios gozadas pelo executor do PI, Severino, e o acúmulo de atividades do fiscal Leandro.						
Código da ação no PPA: 2141		Denominação: FISCALIZAÇÃO DE FERTILIZANTES, CORRETIVOS E INOCULANTES				
Gerente: Hideraldo José Coelho			Responsável: Sidney da Silva Ferreira			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
29.526,00	29.526,00	21.027,72	21.027,72	3.028,94	17.998,78	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Índice de área livre	01/01/2010	-	-	100	60,45
Fórmula de Cálculo do Índice						
(Nº de fiscalizações realizadas / Nº de fiscalizações previstas) X 100						
Análise do Resultado Alcançado						
Durante o exercício de 2010, a atividade de Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes apresentou um desempenho regular. Todos os estabelecimentos produtores e comerciais foram fiscalizados. As metas previstas para 2010 foram prejudicadas pelos seguintes fatores: no mês de maio uma indústria ficou paralisada, interrompendo as suas fiscalizações.						

Continua



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal em Alagoas – SFA-AL.
Gabinete da Superintendência



Continuação

Código da ação no PPA: 2179		Denominação: FISCALIZAÇÃO DE SEMENTES E MUDAS				
Gerente: José Newmar Francelino			Responsável: Luís Carlos Jinfen Ko			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
82.449,91	82.449,91	39.209,77	39.209,77	10.584,32	28.625,45	
Informações sobre os resultados alcançados						
Orde m	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Índice de fiscalizações conformes	01/01/2010	-	-	100	104,50
Fórmula de Cálculo do Índice						
(Nº de fiscalizações realizadas / Nº de fiscalizações previstas) X 100						
Análise do Resultado Alcançado						
A fiscalização do comércio de sementes e mudas é de competência da Secretaria Estadual de Agricultura, a qual acompanhamos com o intuito de fazer os comerciantes locais conhecerem e cumprirem a legislação, fazendo-os inscrever-se no Registro Nacional de Sementes e Mudas (RENASEM), conforme o Decreto nº 5153 de 23/07/2004.						
Em relação às fiscalizações de amostras, os poucos produtores do Estado apresentaram um bom nível de produção e seguem com rigor a lei. Destaca-se a atuação da Universidade Federal de Alagoas na produção de sementes.						
Código da ação no PPA: 2909		Denominação: FISCALIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS E AFINS				
Gerente: Luís Eduardo Pacífico Rangel			Responsável: Francisco Luiz Barros Oliveira			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
6.673,80	6.673,80	5.478,92	5.478,92		5.478,92	
Informações sobre os resultados alcançados						
Orde m	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	% de ações desenvolvidas	01/01/2010	-	-	100	100
Fórmula de Cálculo do Índice						
(Nº de ações desenvolvidas / Nº de ações planejadas) X 100						
Análise do Resultado Alcançado						
Alagoas não possui indústria de agrotóxicos, cabendo ao Governo Estadual a fiscalização do comércio local. A SFA/AL trabalha de forma educativa, orientando os técnicos do Estado.						

Continua



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal em Alagoas – SFA-AL.
Gabinete da Superintendência



Continuação

Código da ação no PPA: 8658		Denominação: PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE DOENÇAS DOS ANIMAIS				
Gerente: Guilherme Henrique Figueiredo Marques			Responsável: De 01/01/2010 a 09/04/2010 – José Evio Lopes Lima			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
31.882,50	31.882,50	23.789,83	23.789,83	0	23.789,83	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de atendimento a propriedades	01/01/2010	0	0	100	15,97
Fórmula de Cálculo do Índice						
(Nº de propriedades atendidas / Nº de propriedades total) X 100						
Análise do Resultado Alcançado						
A grande maioria das atividades do PI PCEANIMAL é executada pela ADEAL. No exercício de 2010 a referida agência deixou de enviar para a SFA/AL, em tempo hábil, diversos relatórios de execução						
Fonte: SIPLAN, PPA 2008-2011						
IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO						
Código no PPA: 6003		Denominação: APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infra-estrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito sócio-econômico para o desenvolvimento do setor agropecuário						
Objetivos Específicos: Aumentar a produção de produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos						
Público Alvo: Pequenos e médios produtores, cooperativas, associações de produtores e criadores, agroindústrias, Pesquisadores e técnicos do setor agropecuário						
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA					EM R\$ 1,00	
Código da ação no PPA: 7H17		Denominação: APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO				
Gerente: Marcio Antonio Portocarrero			Responsável: Mario			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
7.947,42	7.947,42	3.614,77	3.614,77		3.614,77	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Meta alcançada	01/01/2010			100	58,33
Fórmula de Cálculo do Índice						
(Nº de fiscalizações realizadas / Nº de fiscalizações planejadas) X 100						
Análise do Resultado Alcançado						
A equipe disponível para a execução da ação acumulou outras atividades em outros PIs, fazendo com que não fosse possível alcançar a meta planejada.						
Fonte: SIPLAN, PPA 2008-2011						



Os programas 6003: Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário, 393: Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual e 1442: Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio, sob responsabilidade da Divisão de Política Agropecuária (DPDAG), tiveram suas ações executadas localmente apenas em termos de articulação interinstitucional e participação dos técnicos em eventos, não tendo havido previsão nem cumprimento de metas em sua execução.

No quadro A.2.2, na próxima página, vê-se que o programa 6003 teve, na ação 7H17, o atingimento de 53 projetos apoiados, estes projetos referem-se aos contratos analisados via SICONV, que não demandam recursos e por depender de aprovação superveniente da instituição bancária, não podem ser considerados como dependentes exclusivamente do desempenho do quadro interno da SFA/AL.

A execução do programa 750: Apoio administrativo, cuja única ação é a 4716: Operação dos serviços administrativos das unidades descentralizadas que equivale ao Plano Interno MANUTSFAs serão comentadas nos itens 2.4.3, 5, 8 e 9.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal em Alagoas – SFA-AL.
Gabinete da Superintendência



2.3.2 EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

QUADRO A.2.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES DA SFA/AL									
PROGRAMA	AÇÃO		TIPO DE AÇÃO	PRIORIDADE E 1/2/3/4	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	EXECUÇÃO FÍSICA		
							META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2011
356	8939	IPVEGTAL 2	A	3	Produto Fiscalizado	Unid	51	45	51
	4746	PADCLASSIF	A	3	Produto Fiscalizado	Ton	35.000	113.534	40.000
	8938	INSPANIMAL 3	A	3	Estabelec. Inspeccionado	Unid	16	21	
	4745	FISCORGEN	A	3		Unid	05	08	A definir
357	8572	PCEVEGETAL	A	3	Área controlada	Ha	112.774	113.649	
	4738	ERRADMOSCA	A	4	Fiscaliz. Realizada	Unid	0	10	A definir
	8658	PCEANIMAL	A	3	Propried. Atendida	Unid	10.000	1.597	380
	4842	FEBREAFTOS	A	3	Área livre	Km²	27768	Não aferida	A definir
	2180	FISCAPLANTA 2	A	3	Fiscaliz. Realizada	Unid		394,00	
	2181	FISCANIMAL2	A	3	Fiscaliz. Realizada	Unid	5.000,00	4.922,00	
	2134	VIGIFITO1	A	3	Fiscaliz. Realizada	Unid	5.000,00	4.922,00	
	2139	VIGIZOO2	A	3	Fiscaliz. Realizada	Unid	15.000	25.796	A definir

Continua



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal em Alagoas – SFA-AL.
Gabinete da Superintendência



Continuação

PROGRAMA	AÇÃO		TIPO DE AÇÃO	PRIORIDADE E 1/2/3/4	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	EXECUÇÃO FÍSICA		
							META PREVISTA	META REALIZADA	META A SER REALIZADA EM 2011
375	2019		A	3	Fiscaliz. Realizada	Unid	12	7	156
	2179	FISCALSEM 1	A	3	Fiscaliz. Realizada	Unid	88	92	88
	2177	FISCAGRIC1	A	3		Unid	36	48	
	2124	FISCINAN	A	3	Fiscaliz. Realizada	Unid	100	29	36
	2140	FISPROVET1	A	3	Fiscaliz. Realizada	Unid	204	97	109
375	2141		A	3	Fiscaliz. Realizada	Unid	220	133	251
	2909		A	4	Fiscaliz. Realizada	Unid	0	02	A definir
1442	8591	APOIOAGRIC	A	3	Pessoa beneficiada	Unid	0	0	
6003	7H17(0027)	FISCONTRATO	A	3	Projeto apoiado	Unid	40	32	A definir
	8611(0226)	APPRODUTOR	A	3	Produtor atendido	Unid	5	0	
	8611(0027)		A	3	Produtor atendido	Unid	674	0	

Fonte: SIPLAN, DDA



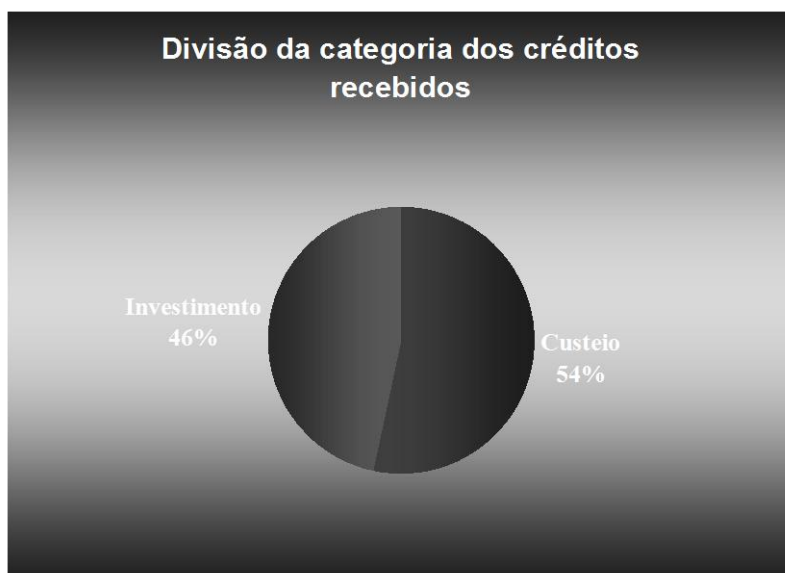
2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

2.4.1 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

DENOMINAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	CÓDIGO DA UO	CÓDIGO SIAFI DA UGO
Superintendência Federal de Agricultura no Estado de Alagoas	22000	130027

2.4.1.1 MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Em 2010 a SFA/AL não concedeu créditos a nenhuma instituição, visto que não houve convênios ou parcerias financeiras vigentes. Todas as movimentações financeiras desta Superintendência foram de recebimento de créditos, e todos provieram do Ministério da Agricultura.



Os valores recebidos pela SFA/AL, com a identificação do PI proveniente, estão detalhados no quadro a seguir.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal em Alagoas – SFA-AL.
Gabinete da Superintendência



QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA						
NATUREZA DA MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO		UG CONCEDENTE OU RECEBEDORA	CLASSIFICAÇÃO DA AÇÃO	DESPESAS CORRENTES		
				1 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2 – JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	22000	20122075020000001 ADMSEDE1			8.315,80
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	22000	2012103601K400001 AGE			22.255,47
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	22000	20601144285910001 APOIOAGRIC1			10.313,50
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	22000	20601144285910001 APPRODUTOR			4.796,65
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	22000	20128036045720001 CAPACITA1			3.195,90
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	22000	20125144247200001 CERTORGAN1			4.070,00

Continua



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal em Alagoas – SFA-AL.
Gabinete da Superintendência



Continuação

NATUREZA DA MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO		UG CONCEDENTE OU RECEBEDORA	CLASSIFICAÇÃO DA AÇÃO	DESPESAS CORRENTES		
				1 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2 – JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	22000	20604035748420001 FEBREAFTOS			44.375,90
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	22000	20125037529090001 FISAGROTOX			6.673,80
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	22000	20125037521770001 FISCAGRIC1			26100,00
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	22000	20125037521790001 FISCALSEM1			42449,91
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	22000	20125037520190001 FISCGENE			7.947,42
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	22000	20125037521240001 FISCINAN			4.540,00
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	22000	20125035647450001 FISCORGEN			6.384,05
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	22000	20125035721800001 FISCPLANTA1			2.800,00

Continua



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal em Alagoas – SFA-AL.
Gabinete da Superintendência



Continuação

NATUREZA DA MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO		UG CONCEDENTE OU RECEBEDORA	CLASSIFICAÇÃO DA AÇÃO	DESPESAS CORRENTES		
				1 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2 – JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	22000	20125037521410001 FISFECOI			29.526,00
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	22000	20125037521400001 FISPROVET1			7.340,00
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	22000	20122144222720001 GAPSDC			11.600,83
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	22000	09272008901810001 INATPENS1	47.531,04		
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	22000	2066503932B470001 INDGRAF			2.102,04
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	22000	20572144285600001 INOVAGRO			1.839,00
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	22000	20125035689380001 INSPANIMAL3			72.904,73
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	22000	20125035689390001 IPVEGETAL2			10.651,20

Continua



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal em Alagoas – SFA-AL.
Gabinete da Superintendência



Continuação

NATUREZA DA MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO		UG CONCEDENTE OU RECEBEDORA	CLASSIFICAÇÃO DA AÇÃO	DESPESAS CORRENTES		
				1 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2 – JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	22000	20122075020000001 MANUTCRH1			2.652,30
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	22000	20122075047160001 MANUTSFAS			775.551,99
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	22000	20125035647460001 PADCLASSIF			5.450,00
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	22000	20604035786580001 PCEANIMAL			31.882,50
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	22000	20603035785720001 PCEVEGETAL			43.593,78
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	22000	20128144286220001 PROMOCOOP2			3.745,00
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	22000	20665035647230001 RESIDUOS			1.050,80
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	22000	20603035721340001 VIGIFITO1			31.955,85

Continua



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal em Alagoas – SFA-AL.
Gabinete da Superintendência



Continuação

NATUREZA DA MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO		UG CONCEDENTE OU RECEBEDORA	CLASSIFICAÇÃO DA AÇÃO	DESPESAS CORRENTES		
				1 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2 – JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	22000	20604035721390001 VIGIZOO2			10.868,30
Fonte: SIAFI Gerencial - SEOFI SFA/AL						

No quadro abaixo encontram-se as despesas de capital.

NATUREZA DA MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO		UG CONCEDENTE OU RECEBEDORA	CLASSIFICAÇÃO DA AÇÃO	DESPESAS DE CAPITAL		
				4 – INVESTIMENTOS	5 – INVERSÕES FINANCEIRAS	6 – AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	22000	20603035785720001 ERPCEVEGETA	761.078,00		
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	22000	20604035748420001 FEBREAFTOS	6.000,00		
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	22000	20125037521790001 FISCALSEM1	40.000,00		

Continua



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal em Alagoas – SFA-AL.
Gabinete da Superintendência



Continuação

NATUREZA DA MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO		UG CONCEDENTE OU RECEBEDORA	CLASSIFICAÇÃO DA AÇÃO	DESPESAS DE CAPITAL		
				4 – INVESTIMENTOS	5 – INVERSÕES FINANCEIRAS	6 – AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	22000	20125035689380001 INSPANIMAL3	48.690,00		
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	22000	20122075047160001 MANUTSFAS	237.000,00		
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	22000	20125035647450001 FISCORGEN	4.800,00		
Fonte: SIAFI Gerencial - SEOFI SFA/AL						



2.4.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

2.4.2.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

2.4.2.1.1 DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	DESPESA LIQUIDADADA		DESPESA PAGA	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação	836.875,93	442.007,26	443.206,05	225.715,20
Convite	69.245,46		6.039,90	
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	767.630,47	442.007,26	437.166,15	225.715,20
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas	216.897,90	263.717,84	173.163,13	197.429,28
Dispensa	76648,77	144.777,66	38.927,62	109.332,90
Inexigibilidade	140.249,13	118.940,18	134.235,51	88.096,38
Regime de Execução Especial	51.785,27	46.255,13	48.312,08	43.842,88
Suprimento de Fundos	51.785,27	46.255,13	48.312,08	43.842,88
Outros	250.231,14	382.864,15	250.231,14	381.532,76
Não se aplica*	250.231,14	382.864,15	250.231,14	381.532,76
TOTAL	1.355.790,24	1.134.844,38	914.912,40	848.520,12
Fonte: Seofi- Siafi Gerencial				

* Incluem-se as despesas de pessoal, como diárias e demais indenizações.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal em Alagoas – SFA-AL.
Gabinete da Superintendência



2.4.2.1.2 DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	246.520,13	363.219,30	246.520,13	363.219,30	-	-	246.520,13	363.219,30
339014	216.567,37	315.688,26	216.567,37	315.688,26	-	-	216.567,37	315.688,26
319008	29.952,76	47.531,04	29.952,76	47.531,04	-	-	29.952,76	47.531,04
2 – Juros e Encargos da Dívida								
NÃO HÁ ELEMENTOS NESTE GRUPO								
3 – Outras Despesas Correntes	696.795,09	768.813,08	695.794,83	768.705,08	1.000,26	108,00	487.190,77	484.430,82
339030	155.424,52	139.856,47	155.424,22	139.856,47	0,30	-	80.989,76	79.426,36
339033	59.845,62	129.028,92	58.845,62	128.920,92	1.000,00	108,00	41.888,53	59.495,21
339036	1.343,42	3.228,50	1.343,42	3.228,50	-	-	1.343,42	3.228,50
339037	223.325,26	247.706,98	223.325,26	247.706,98	-	-	190.481,55	174.834,32
339039	241.020,74	221.328,41	241.020,74	221.328,41	-	-	158.040,12	145.720,81
339047	2.010,00	15.081,24	2.010,00	15.081,24	-	-	2.010,00	13.749,85
339093	357,59	1.335,11	357,59	1.335,11	-	-	357,59	1.335,11
339139	13.467,98	11.247,45	13.467,98	11.247,45	-	-	12.079,80	6.640,66
Fonte: Seofi- Siafi Gerencial								



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal em Alagoas – SFA-AL.
Gabinete da Superintendência



2.4.2.1.3 DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ								
GRUPOS DE DESPESA	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADA		RP NÃO PROCESSADOS		VALORES PAGOS	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	413.475,28	1.088.496,79	413.475,28	2.920,00	-	1.085.576,79	181.201,50	870,00
449051.00	14.610,78	235.097,80	14.610,78		-	235.097,80	-	-
449052.00	398.864,50	853.398,99	398.864,50	2.920,00	-	850.478,99	181.201,50	870,00
5 – Inversões Financeiras								
NÃO HÁ ELEMENTOS NESTE GRUPO								
6 – Amortização da Dívida								
NÃO HÁ ELEMENTOS NESTE GRUPO								
Fonte: Seofi- Siafi Gerencial								



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal em Alagoas – SFA-AL.
Gabinete da Superintendência



2.4.2.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS RECEBIDOS PELA UJ POR MOVIMENTAÇÃO

2.4.2.2.1 DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

QUADRO A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO				
MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	DESPESA LIQUIDADA		DESPESA PAGA	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite	69.245,46		6.039,90	
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	767.630,47	442.007,26	437.166,15	225.715,20
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa	76648,77	144.777,66	38.927,62	109.332,90
Inexigibilidade	140.249,13	118.940,18	134.235,51	88.096,38
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	51.785,27	46.255,13	48.312,08	43.842,88

Continua



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal em Alagoas – SFA-AL.
Gabinete da Superintendência



Continuação

MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	DESPESA LIQUIDADA		DESPESA PAGA	
	2009	2010	2009	2010
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias	216.567,37	315.688,26	216.567,37	315.688,26
Auxílio Funeral	29.952,76	47.531,04	29.952,76	47.531,04
Fonte: Seofi- Siafi Gerencial				

2.4.2.2.2 DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

GRUPOS DE DESPESA	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADA		RP NÃO PROCESSADOS		VALORES PAGOS	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – DESPESAS DE PESSOAL	246.520,13	363.219,30	246.520,13	363.219,30	-	-	246.520,13	363.219,30
3319008	216.567,37	315.688,26	216.567,37	315.688,26	-	-	216.567,37	315.688,26
3339014	29.952,76	47.531,04	29.952,76	47.531,04	-	-	29.952,76	47.531,04
2 – JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA								
3- OUTRAS DESPESAS CORRENTES	696.795,13	768.813,08	695.794,83	768.705,08	1.000,30	108,00	487.190,77	484.430,82
3339030	155.424,52	139.856,47	155.424,22	139.856,47	0,30	-	80.989,76	79.426,36

Continua



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal em Alagoas – SFA-AL.
Gabinete da Superintendência



Continuação

GRUPOS DE DESPESA	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADA		RP NÃO PROCESSADOS		VALORES PAGOS	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
3339033	59.845,62	129.028,92	58.845,62	128.920,92	1.000,00	108,00	41.888,53	59.495,21
3339036	1.343,42	3.228,50	1.343,42	3.228,50	-	-	1.343,42	3.228,50
3339037	223.325,26	247.706,98	223.325,26	247.706,98	-	-	190.481,55	174.834,32
3339039	241.020,74	221.328,41	241.020,74	221.328,41	-	-	158.040,12	145.720,81
3339047	2.010,00	15.081,24	2.010,00	15.081,24	-	-	2.010,00	13.749,85
3339093	357,59	1.335,11	357,59	1.335,11	-	-	357,59	1.335,11
3339139	13.467,98	11.247,45	13.467,98	11.247,45	-	-	12.079,80	6.640,66
Fonte: Seofi- Siafi Gerencial								



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal em Alagoas – SFA-AL.
Gabinete da Superintendência



2.4.2.2.3 DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

QUADRO A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO								VALORES EM R\$ 1,00
GRUPOS DE DESPESA	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADA		RP NÃO PROCESSADOS		VALORES PAGOS	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - INVESTIMENTOS	413.475,28	1.088.496,79	413.475,28	2.920,00	-	1.085.576,79	181.201,50	870,00
3449051.00	14.610,78	235.097,80	14.610,78		-	235.097,80		-
3449052.00	398.864,50	853.398,99	398.864,50	2.920,00	-	850.478,99	181.201,50	870,00
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS								
6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA								
Fonte: Seofi- Siafi Gerencial								



2.4.3 INDICADORES INSTITUCIONAIS

Os indicadores institucionais aferidos pela SFA/AL são as metas sugeridas pela Coordenadoria Geral de Apoio as Superintendências do MAPA (CGAS), que desde 2008 vêm sendo acompanhadas. Os indicadores representam a realidade administrativa da SFA e servem para balizar a programação orçamentária da Superintendência.

Os itens analisados são:

- Asseio/higiene
- Combustível
- Energia Elétrica
- Água e Esgoto
- Telefonia
- Vigilância

No quadro A.2.14 verifica-se que em 2008 apenas o item de vigilância alcançou a eficiência, em 2009 e 2010 a SFA/AL conseguiu manter-se abaixo dos valores planejados em alguns pontos por conta de contingenciamento de despesas, como nos contratos de vigilância e telefonia, que ficaram em aberto durante cerca de um trimestre em cada ano.

Todavia, verifica-se em 2010 um maior alinhamento entre o programado e o utilizado, mantendo-se a SFA/AL nos patamares desejados pela CGAS.

Pretende-se a partir deste ano , 2011, incluir novos indicadores de acompanhamento da estratégia, mas em 2010 ainda não foram possíveis de ser medidos.

Os indicadores institucionais estão descritos no quadro A.2.14.



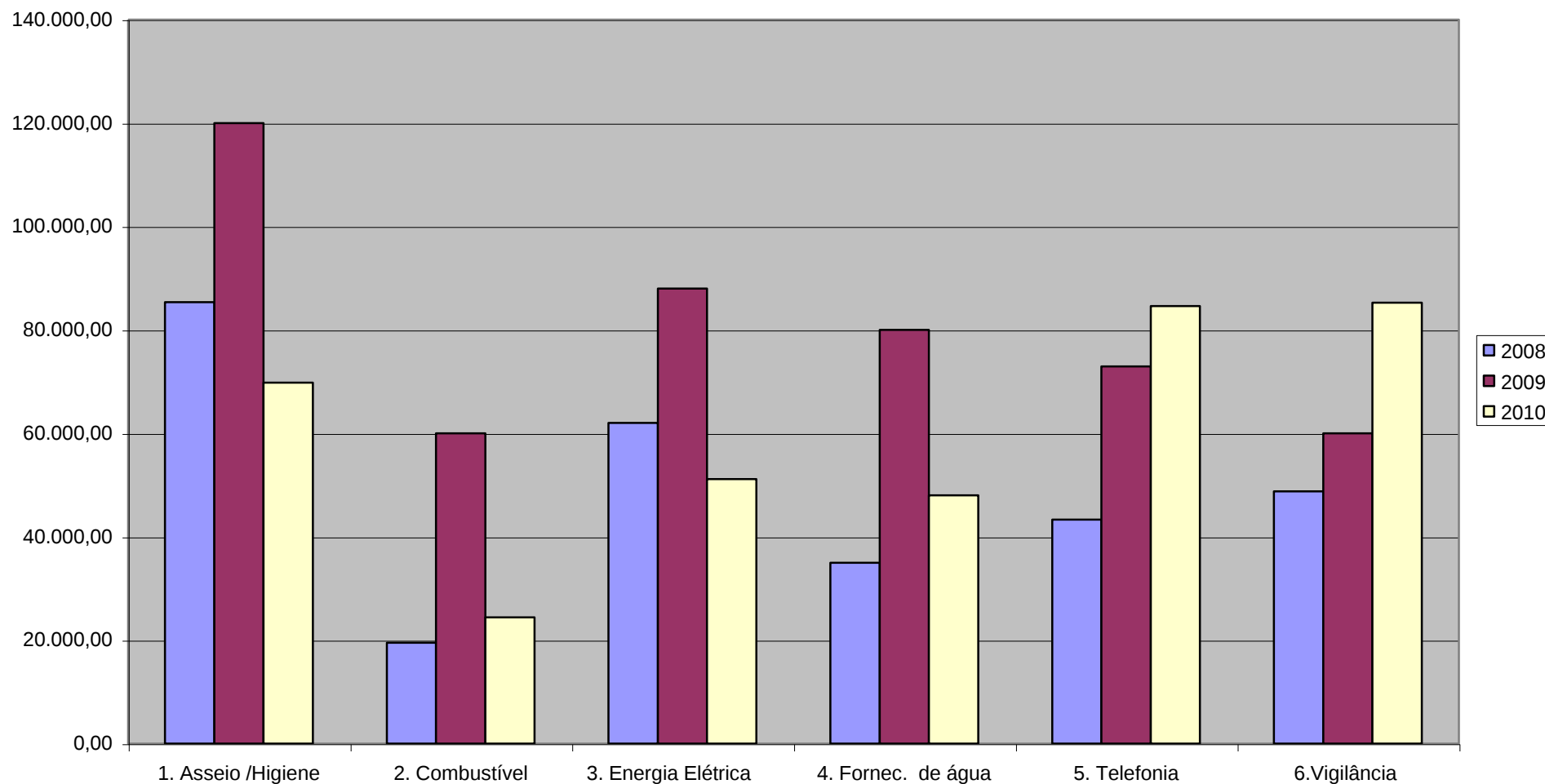
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal em Alagoas – SFA-AL
Gabinete da Superintendência



QUADRO A.2.14 – INDICADORES INSTITUCIONAIS									
Nº	ITEM	METAS QUALITATIVAS							
1	Asseio /Higiene	Reduzir em 10%, as despesas com asseio e higiene, a partir de 06/2008.							
2	Comb.	Reduzir em 10% as despesas com combustível, a partir de 06/2008.							
3	Energia Elétrica	Reduzir em 10% as despesas com energia elétrica, a partir de 06/2008.							
4	Fornecimento de água	Reduzir em 10% as despesas com água e esgoto, a partir de 06/2008.							
5	Telefonia	Reduzir em 10% as despesas com telefonia, a partir de 06/2008.							
6	Vigilância	Reduzir em 10% as despesas com vigilância, a partir de 06/2008.							
EXERCÍCIO	2008			2009			2010		
ITENS	PROGRAMADO	UTILIZADO	DIF %	PROGRAMADO	UTILIZADO	DIF %	PROGRAMADO	UTILIZADO	DIF %
1. Asseio /Higiene	85.387,43	77.601,60	9,12	120.000,00	77.532,85	35,39	69.798,45	46.647,89	33,17
2. Combustível	19.500,00	37.826,15	-93,98	60.000,00	46.173,91	23,04	24.417,91	18.716,11	23,35
3. Energia Elétrica	62.000,00	68.356,32	-10,25	88.000,00	43.703,04	50,34	51.152,24	44.598,98	12,81
4. Fornec. de água	35.000,00	35.104,57	-0,30	80.000,00	39.719,92	50,35	48.000,00	31.396,24	34,59
5. Telefonia	43.310,00	41.616,85	3,91	72.941,00	33.530,18	54,03	84.626,87	35.467,63	58,09
6. Vigilância	48.792,33	23.026,00	52,81	60.000,00	21.844,84	63,59	85.253,73	31.712,47	62,80
TOTAIS	293.989,76	283.531,49	3,56	480.941,00	262.504,74	45,42	363.249,19	208.539,32	42,59
Metas sugeridas pela CGSA- Coordenadoria Geral de Apoio as Superintendências do MAPA, em Reunião com as Administrações e as Seções de Planejamento e Acompanhamento das SFAS. Visando a redução de 10% (dez por cento).									
Fonte:SAG SFA/AL									

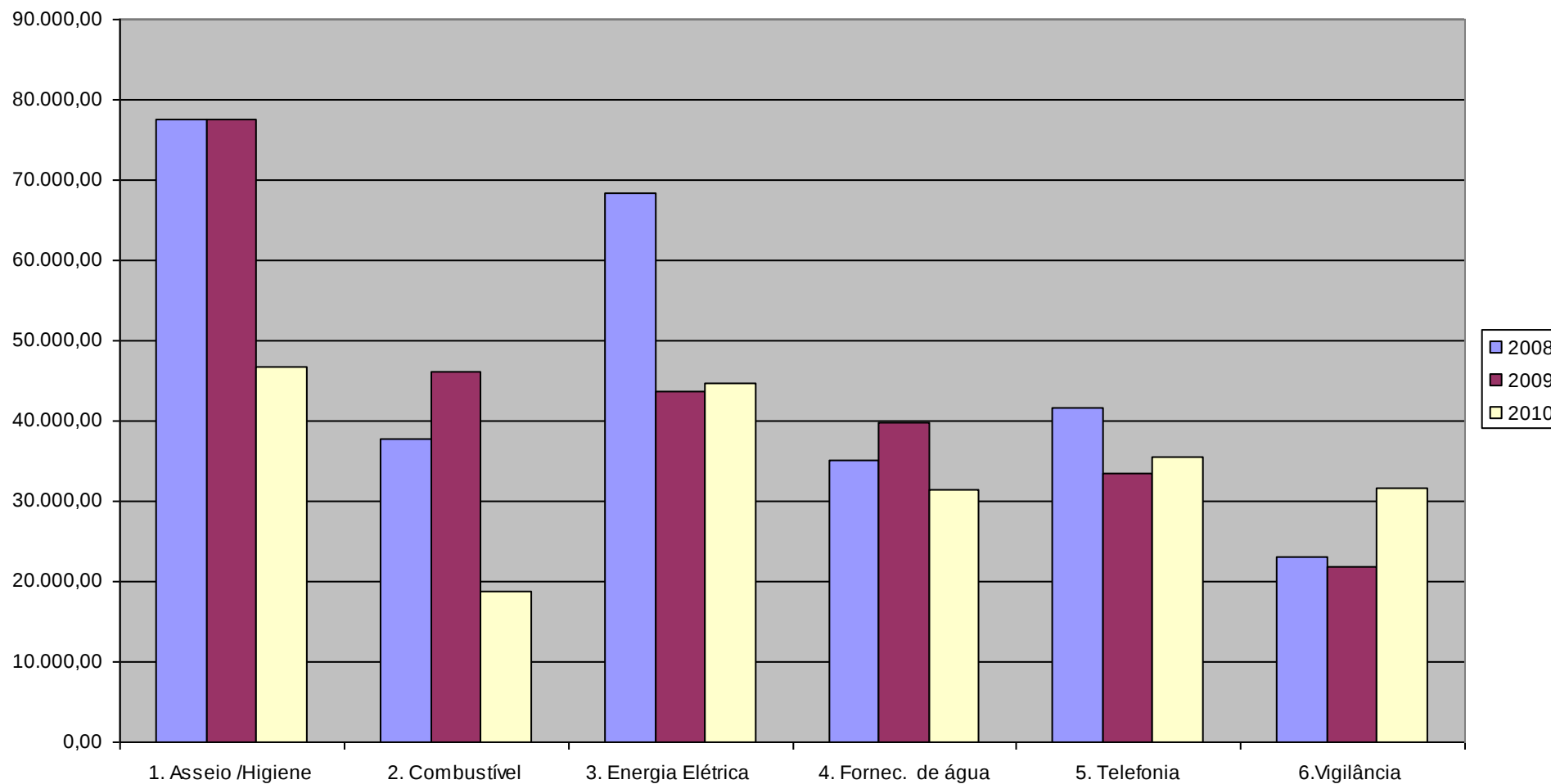


Valores programados



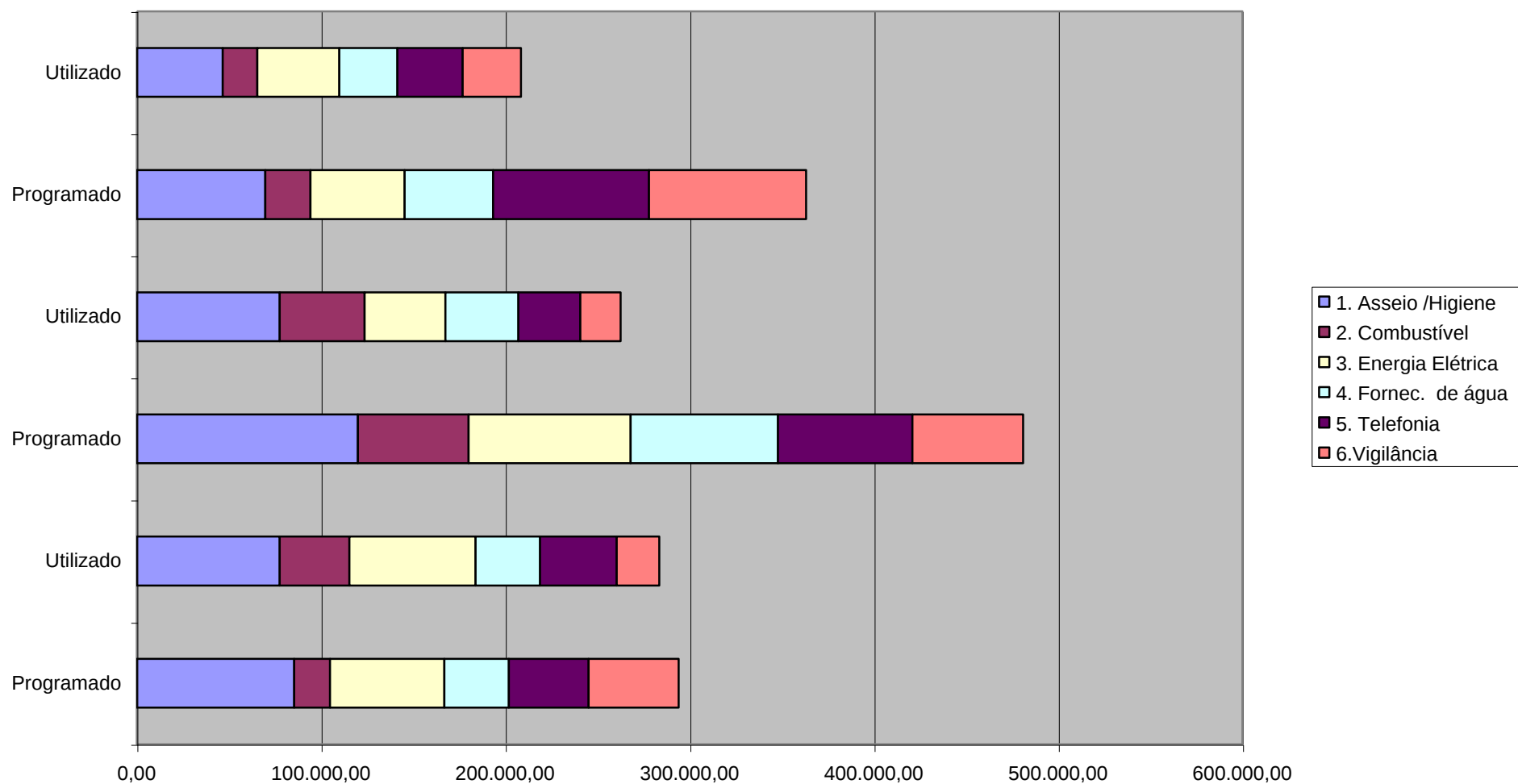


Valores utilizados



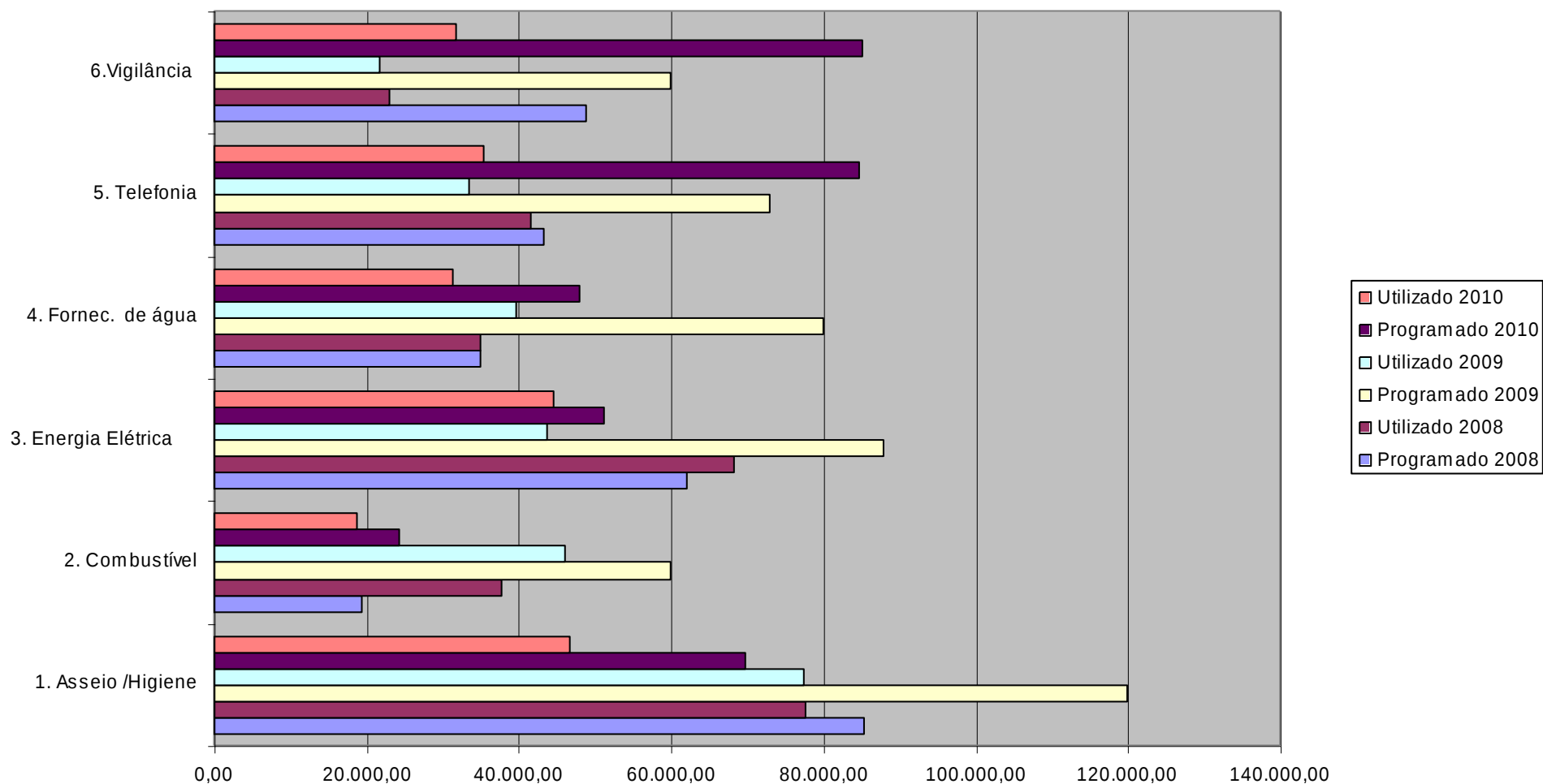


Contribuição de cada categoria para o total





Comparativo valores programados X valores utilizados





3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

3.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

A SFA/AL não possui quaisquer passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

4.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	3.275,86		3.275,86	-
2008	9.346,97		9.346,97	-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	382.648,27	-3.422,53	3.275,86	-
2008	139.653,51	-134.134,28	53.552,71	-



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal em Alagoas – SFA-AL.
Gabinete da Superintendência



5. **PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.**

5.1 **COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS**

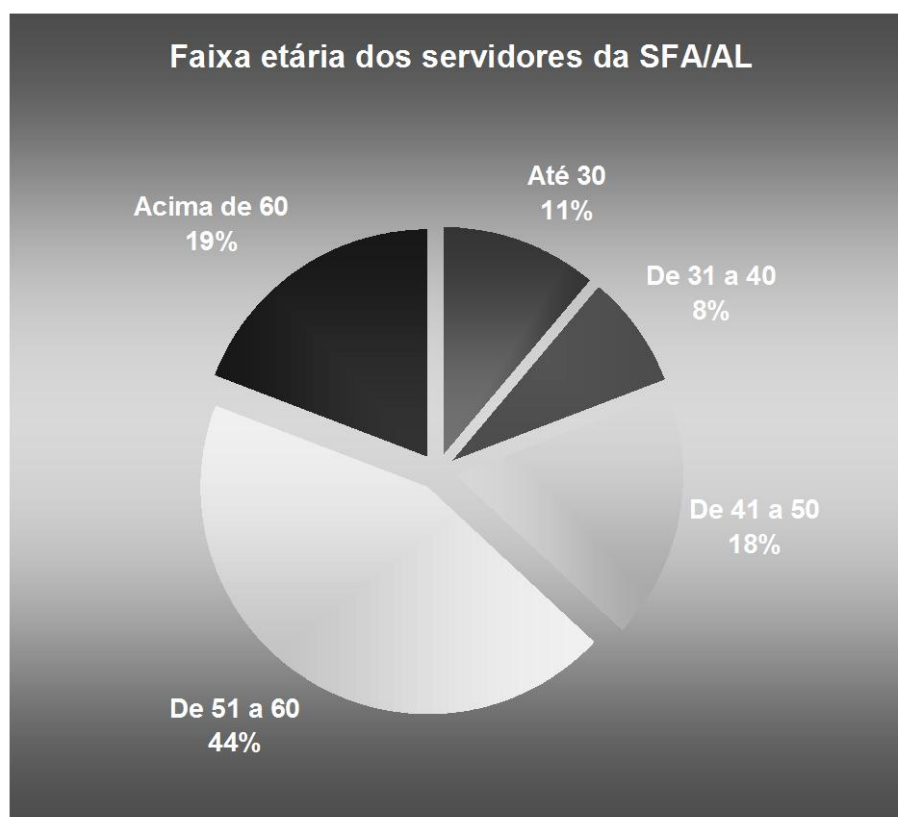
QUADRO A.5.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010				
TIPOLOGIAS DOS CARGOS	LOTAÇÃO		INGRESSOS EM 2010	EGRESSOS EM 2010
	AUTORIZADA	EFETIVA		
1 Provimento de cargo efetivo				
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	69	10	0
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.3 Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença				
1.4.1 Cedidos	0	3	0	0
1.4.2 Removidos	0	0	0	0
1.4.3 Licença remunerada	0	1	0	0
1.4.4 Licença não remunerada	0	1	0	0
2 Provimento de cargo em comissão				
2.1 Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior				
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	4	0	0
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2.2.4 Sem vínculo	0	2	0	0
2.2.5 Aposentado	0	156	0	0
2.3 Funções gratificadas				
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	11	0	0
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3 Total		247	10	
Fonte: Relatórios, fichas e pastas funcionais – SGP SFA/AL				



QUADRO A.5.2 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

TIPOLOGIAS DO CARGO	FAIXA ETÁRIA (ANOS)				
	ATÉ 30	DE 31 A 40	DE 41 A 50	DE 51 A 60	ACIMA DE 60
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	7	6	11	29	14
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	1	3	1
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	1	2	1	1
2.3. Funções gratificadas	2	0	2	6	1

Fonte: Relatórios, fichas e pastas funcionais – SGP SFA/AL





QUADRO A.5.3 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

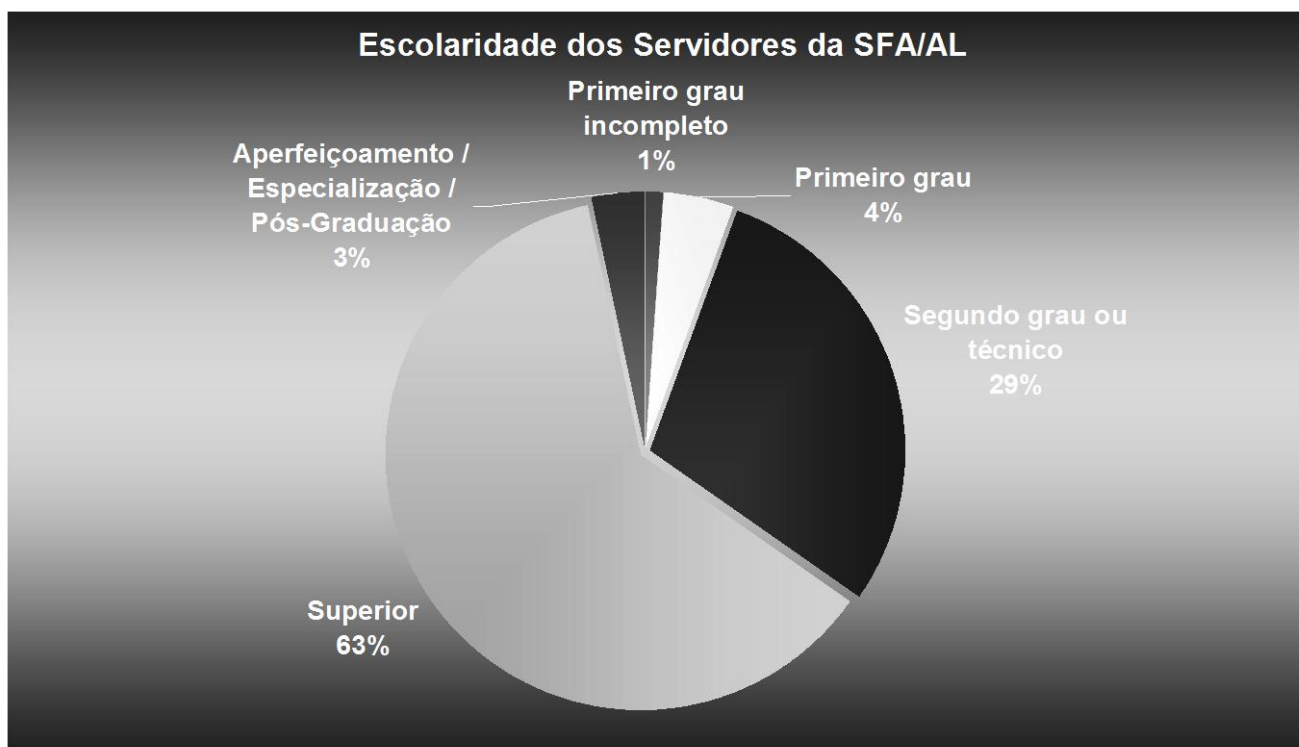
TIPOLOGIAS DO CARGO	NÍVEL DE ESCOLARIDADE								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	1	4	19	41	2	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	0	1	3	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	1	5	0	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	5	6	1	0	0

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: Fichas e pastas funcionais - SGP/SFAL





5.2 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

QUADRO A.5.4 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010		
REGIME DE PROVENTOS / REGIME DE APOSENTADORIA	QUANTITATIVO DE SERVIDORES	APOSENTADORIAS EM 2010
1 Integral	89	1
1.1 Voluntária	78	1
1.2 Compulsório	0	0
1.3 Invalidez Permanente	11	0
1.4 Outras	0	0
2 Proporcional	67	0
2.1 Voluntária	59	0
2.2 Compulsório	0	0
2.3 Invalidez Permanente	8	0
2.4 Outras	0	0
Fonte: Sistema SIAPE – SGP SFA/AL		

QUADRO A.5.5 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010		
REGIME DE PROVENTOS ORIGINÁRIO DO SERVIDOR	QUANTITATIVO DE BENEFICIÁRIOS	PENSÕES CONCEDIDAS EM 2010
1. Integral	324	11
2. Proporcional	91	2
Fonte: Sistema SIAPE – SGP SFA/AL		

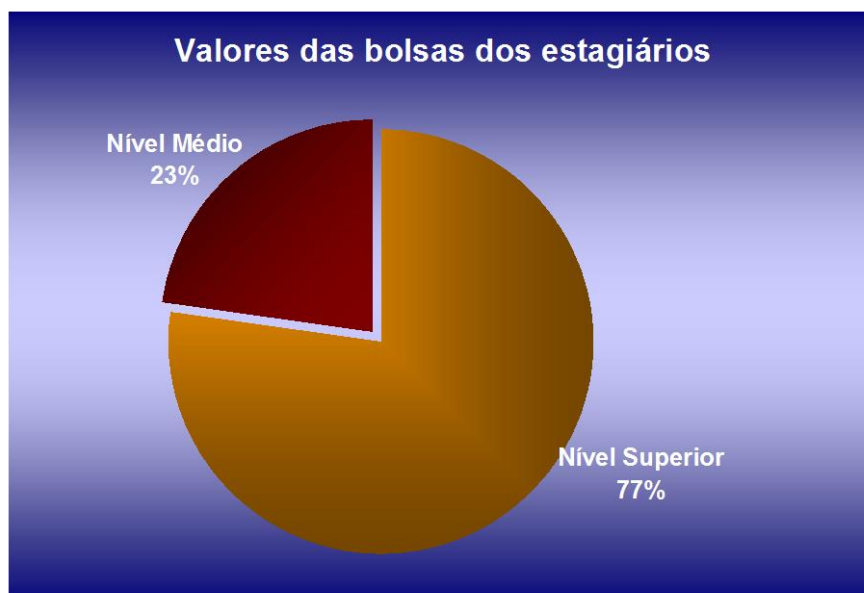
5.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Todos os estagiários da área fim, que passaram pela SFA/AL em 2010, foram de nível superior. Em contrapartida, a área meio, entenda-se setores administrativos, só puderam contar com estagiários de nível médio.



QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS					
NÍVEL DE ESCOLARIDADE	QUANTITATIVO DE CONTRATOS DE ESTÁGIO VIGENTES				NÍVEL (VALORES EM R\$)
	1º TRIMESTR E	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTR E	
Nível superior					
°□ Área Fim	6	6	6	6	35.280,00
°□ Área Meio	0	0	0	0	0
Nível Médio					
°□ Área Fim	0	0	0	0	0
°□ Área Meio	6	6	6	6	10.488,00

Em compensação, os valores despendidos com as bolsas dos estagiários de nível superior representou mais de 77% do total investido no ano, como se verifica no gráfico a seguir.





MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal em Alagoas – SFA-AL.
Gabinete da Superintendência



5.4 QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS

QUADRO A.5.7 - QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010.								VALORES EM R\$ 1,00
TIPOLOGIAS / EXERCÍCIOS	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	DESPESAS VARIÁVEIS						TOTAL
		RETRIBUIÇÕ S	GRATIFICAÇÕ S	ADICIONAIS	INDENIZAÇÕ S	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS E PREVIDENCIÁRIOS	DEMAIS DESPESAS VARIÁVEIS	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	4.044.973,90	13.817,08	281.888,42	502.612,47	123.610,99	244.006,20	662.368,46	5.873.277,51
2009	5.388.423,94	9.397,73	433.731,33	583.686,90	99.965,03	343.515,10	423.650,11	7.282.370,15
2010	6.281.807,08	9.079,08	474.119,74	624.065,14	246.937,74	571.456,57	245.839,50	8.453.304,85
Servidores com Contratos Temporários								
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0	0	0

Continua



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal em Alagoas – SFA-AL.
Gabinete da Superintendência



Continuação

TIPOLOGIAS / EXERCÍCIOS	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	DESPESAS VARIÁVEIS						TOTAL
		RETRIBUIÇÕES	GRATIFICAÇÕES	ADICIONAIS	INDENIZAÇÕES	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS E PREVIDENCIÁRIOS	DEMAIS DESPESAS VARIÁVEIS	
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	118.969,82	0,00	13.010,23	3.114,86	7.466,28	4.155,06	4.774,72	151.490,97
2009	195.942,69	0,00	15.218,64	5.362,50	7.544,53	4.787,76	3.053,90	231.910,03
2010	206.158,48	0,00	16.991,56	5.663,85	10.944,00	17.100,60	1.585,36	258.443,85
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	416.394,37	176.503,36	39.030,70	34.117,60	13.065,99	32.844,87	88.908,52	800.865,42
2009	685.799,41	183.717,31	53.265,25	65.449,93	16.975,19	41.324,07	56.865,79	1.103.396,95
2010	699.564,96	153.544,25	60.165,39	70.860,42	21.888,00	43.718,88	14.760,21	1.064.502,11
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	475.879,28	40.856,71	34.693,96	20.813,14	14.515,20	29.195,44	67.175,32	683.129,06
2009	783.770,75	38.568,86	60.874,57	37.399,96	15.089,06	47.227,51	42.965,26	1.025.895,98
2010	830.791,08	47.198,70	69.232,59	40.825,53	40.128,00	57.785,40	11.152,16	1.097.113,46
Fonte: Relatórios gerenciais Sistema SIAPE; assentamentos funcionais de servidores – SGP SFA/AL								



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal em Alagoas – SFA-AL.
Gabinete da Superintendência



5.5 CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

QUADRO A.5.8 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

UNIDADE CONTRATANTE

Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Alagoas

UG/Gestão: 00.396.895/0022-50

CNPJ: 130027

INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTRATOS

ANO DO CONTRATO	ÁREA	NAT.	IDENTIFICAÇÃO DO CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA (CNPJ)	PERÍODO CONTRATUAL DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES CONTRATADAS		NÍVEL DE ESCOLARIDADE EXIGIDO DOS TRABALHADORES CONTRATADOS						SIT.	
							F		M		S			
					INÍCIO	FIM	P	C	P	C	P			C
2009	V	E	13/2009	00621158/0005-02	1/1/2010	30/6/2010								E
2010	V	O	07/2010	12498861/0001-20	11/10/2010	10/10/2011								A
2010	L	E	02/2010	10878081/0001-80	19/2/2010	18/8/2010								E
2010	L	O	04/2010	08328682/0001-78	14/6/2010	13/6/2011								A

Observação:

O nível de escolaridade dos contratados não foi determinado pelo edital dos contratos mencionados.

Fonte: Serviço de Atividades Gerais – SAG SFA/AL



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal em Alagoas – SFA-AL.
Gabinete da Superintendência



QUADRO A.5.9 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante

Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Alagoas

UG/Gestão: 00.396.895/0022-50

CNPJ: 130027

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	1	O	02/2009	08328682/0001-78	6/5/2009	5/5/2010			5	5			E
2009	1	O	02/2009	08328682/0001-78	6/5/2009	5/5/2010	1	5					E
2009	1	O	02/2009	08328682/0001-78	6/5/2009	5/5/2010			1	1			E
2009	1	O	02/2009	08328682/0001-78	6/5/2009	5/5/2010			2	2			E
2009	1	O	02/2009	08328682/0001-78	6/5/2009	5/5/2010			1	1			E
2009	2	O	02/2009	08328682/0001-78	6/5/2009	5/5/2010	1	1					E
2009	3	O	02/2009	08328682/0001-78	6/5/2009	5/5/2010	1	1					E

Observações:

a) Os trabalhadores contratados para exercer funções temporárias como mão-de-obra locada não ficaram atrelados a nenhuma unidade organizacional específica, uma vez que trabalhavam em sistema de rodízio, exercido as funções para a qual foram contratados em quase todos os setores da área administrativa da SFA/AL.

Fonte: Seção de Atividades Gerais da SFA/AL

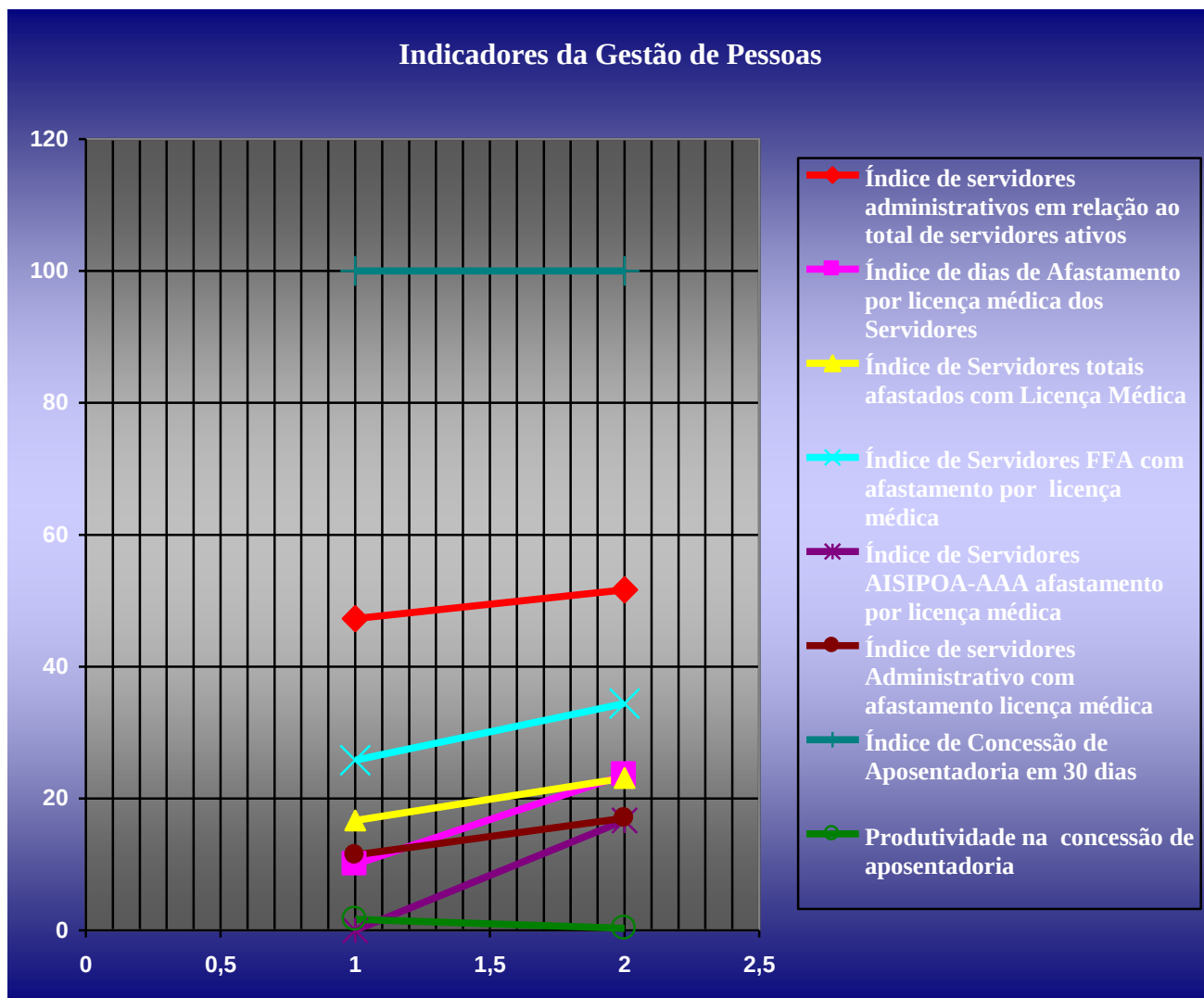


MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal em Alagoas – SFA-AL.
Gabinete da Superintendência



5.6 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

Nº	SIGLA	INDICADOR	FÓRMULA	INDICADOR	FORMULA	VALOR % (2010)	VALOR % (2009)	META SFA
1	Isartsa (%)	Eficácia	(Nº de servidores Administrativos / Nº total de servidores ativos) x100	Índice de servidores administrativos em relação ao total de servidores ativos	2010=(47/91)*100 2009=(35/74)*100	51,65	47,30	0%
2	Ialimed (%)	Eficácia	(Número de servidores afastados x afastamento em dias dos servidores) / (Nº de servidores totais x período considerado em dias) x 100	Índice de dias de Afastamento por licença médica dos Servidores	2010= (21x492)/(91x492) *100 2009= (14x190)/((74x360) *100	23,60	9,98	0%
3	Ialimed n (%)	Eficácia	(Nº de servidores afastados / Nº total de Servidores ativos) x 100	Índice de Servidores totais afastados com Licença Médica	2010=(21/91)*100 2009=(14/74)*100	23,08	16,67	0%
4	Iaffa (%)	Eficácia	(Nº de FFA afastados / Nº total de FFA ativos) x 100	Índice de Servidores FFA com afastamento por licença médica	2010=(11/32)*100 2009 =(8/31)*100	34,38	25,81	0%
5	Iagtec (%)	Eficácia	(Nº de AISIPOA-AG.ATIV.AGRO P. afastados/ Nº de AISIPOA-AG.ATIV. Total) x 100	Índice de Servidores AISIPOA-AAA afastamento por licença médica	2010=(1/6)X100 2009=(1/5)X100	16,67	0	0%
6	Iaadm (%)	Eficácia	(Nº de Administrativos afastados/ Nº total de administrativos ativos) x100	Índice de servidores Administrativo com afastamento licença médica	2010=(8/47)x100 2009=(4/35)x100	17,02	11,43	0%
7	Iaap (30d) (%)	Eficácia	(Nº de aposent. concedidas / Nº de aposent. solicitadas) X100	Índice de Concessão de Aposentadoria em 30 dias	2010=(1/1)*100 2009=(5/5)*100	100,00	100	100%
8	Ipapc	Eficiência	Nº de aposentadoria concedidas / Nº de servid. envolvidos na ação.	Produtividade na concessão de aposentadoria	2010=(1/3) 2009=(5/3)	0,33	1,67	Concedida s todas dentro de no máximo 30 dias.



Percebe-se que os indicadores de gestão de Pessoas da SFA/AL tiveram um desempenho não favorável em 2010. A situação agravou-se devido às muitas licenças médicas, muitas em decorrência de problemas crônicos característicos da população de maior idade, uma vez que mais de 80% do quadro possui mais de 41 anos.

Contudo o indicador de eficiência de concessão de aposentadoria conseguiu atingir a meta prevista, demonstrando que o setor de gestão de pessoas desta Superintendência está adequado aos seus desafios.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal em Alagoas – SFA-AL.
Gabinete da Superintendência



6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

6.1 TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS NO EXERCÍCIO

6.1.1 RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2010

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE									
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Alagoas									
CNPJ: 00.396.895/0022-50					UG/GESTÃO: 130027				
QUADRO A.6.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA								Valores em R\$ 1,00	
INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS									
MODALIDADE E	Nº DO INSTRUMENTO*	BENEFICIÁRIO	VALORES PACTUADOS		VALORES REPASSADOS		VIGÊNCIA		SIT.
			GLOBAL	CONTRAPARTIDA	NO EXERCÍCIO	ACUMULADO ATÉ EXERCÍCIO	INÍCIO	FIM	
3	539092010	Água Branca	100.000,00	2.500,00	0		31/12/10	31/12/11	1
3	539102010	Água Branca	188.600,00	13.100,00	0		31/12/10	31/12/11	1
3	553112010	Branquinha	298.500,00	6.000,00	0		30/12/10	30/12/11	1
3	515252010	Chã Preta	179.200,00	3.700,00	0		30/12/10	30/12/11	1
3	720382010	Chã Preta	298.500,00	6.000,00	0		21/12/10	21/12/11	1
3	672742010	Chã Preta	696.800,00	14.300,00	0		30/12/10	30/12/11	1
3	448312010	Coqueiro Seco	219.000,00	4.500,00	0		28/12/10	28/12/11	1
3	718682010	Feliz Deserto	200.000,00	5.000,00	0		29/12/10	29/12/11	1
3	399672010	Jequiá da Praia	180.000,00	4.500,00	0		23/12/10	23/12/11	1
3	460942010	Messias	204.000,00	9.000,00	0		30/12/10	30/12/11	1
3	418172010	Minador do Negrão	179.100,00	3.600,00	0		21/12/10	21/12/11	1
3	658402010	Murici	841.000,00	61.000,00	0		30/12/10	30/12/11	1

Continua



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal em Alagoas – SFA-AL.
Gabinete da Superintendência



Continuação

QUADRO A.6.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA							VALORES EM R\$ 1,00		
INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS									
MODALIDADE E	Nº DO INSTRUMENTO*	BENEFICIÁRIO	VALORES PACTUADOS		VALORES REPASSADOS		VIGÊNCIA		SIT.
			GLOBAL	CONTRAPARTIDA	NO EXERCÍCIO	ACUMULADO ATÉ EXERCÍCIO	INÍCIO	FIM	
3	455512010	Olho D’Água Grande	179.500,00	4.000,00	0		21/12/10	21/12/11	1
3	410002010	Olivença	180.000,00	4.500,00	0		23/12/10	23/12/11	1
3	557522010	Paulo Jacinto	248.750,00	5.000,00	0		29/12/10	29/12/11	1
3	387592010	São Brás	180.000,00	4.500,00	0		21/12/10	21/12/11	1
3	382122010	Tanque D’Arca	199.000,00	4.000,00	0		17/12/10	17/12/11	1
3	910372010	Viçosa	744.000,00	16.500,00	0		21/12/10	21/12/11	1
<u>LEGENDA</u>									
Modalidade: 1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Parceria 4 - Termo de Cooperação 5 - Termo de Compromisso				Situação da Transferência: 1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado					
Fonte: SICONV, PRODESA									



6.1.2 QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

A SFA/AL firmou 18 contratos de repasse em dezembro de 2010. Estes instrumentos compõem o Programa de Desenvolvimento do Setor Agropecuário, e os valores referentes ao seu fomento serão desembolsados em 2011 e totalizarão R\$ 5.315.950,00.

QUADRO A.6.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS						
UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE						
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Alagoas						
CNPJ: 00.396.895/0022-50				UG/GESTÃO: 130027		
MODALIDADE	QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS CELEBRADOS EM CADA EXERCÍCIO			VALORES REPASSADOS EM CADA EXERCÍCIO (VALORES EM R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	18	-	-	0,00
Termo de Parceria	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	-	-	18	-	-	0,00
Fonte: SICONV, PRODESA						

6.1.3 INFORMAÇÕES SOBRE O CONJUNTO DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS QUE VIGERÃO NO EXERCÍCIO DE 2011 E SEGUINTE

QUADRO A.6.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE					
UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE					
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Alagoas					
CNPJ: 00.396.895/0022-50			UG/GESTÃO: 130027		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	18	5.144.250,00	0	5.144.250,0	0
Termo de Parceria	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	18	5.144.250,00	0	5.144.250,0	0
Fonte: SICONV, PRODESA					



6.1.4 INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Como dito no início deste tópico, a SFA/AL assinou 18 contratos de repasse apenas em dezembro de 2010, não tendo sido repassada nenhuma prestação às entidades beneficiárias.

7. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

7.1 ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ					
ASPECTOS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	AVALIAÇÃO				
AMBIENTE DE CONTROLE	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
AVALIAÇÃO DE RISCO	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
PROCEDIMENTOS DE CONTROLE	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal em Alagoas – SFA-AL.
Gabinete da Superintendência



INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
MONITORAMENTO	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais: A pesquisa foi feita junto aos tomadores de decisão da UJ e aos chefes de serviços e Seção de Planejamento e Acompanhamento da unidade.					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					



8. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

8.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS					
Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		X			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? Os cartuchos das impressoras são todos recondicionados.				X	
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		X			
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				



9. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº107, DE 27/10/2010.

9.1 GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

Como se vê nos quadro abaixo, a SFA/AL possui apenas um imóvel, sediado na capital do estado, Maceió.

QUADRO A.11.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO			
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF AL		
	Maceió	1	1
Subtotal Brasil		1	1
Fonte: Núcleo de Patrimônio da SFA/AL			

QUADRO A.11.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ								
UG	RIP	REGIME	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	VALOR DO IMÓVEL			DESPESA COM MANUTENÇÃO NO EXERCÍCIO	
				VALOR HISTÓRICO	DATA DA AVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO	IMÓVEL	INSTALAÇÕES
130027	2785.00259.500-6	15	5		30/05/2000	421.267,58	0,00	0,00
Total							Σ	Σ
Fonte: Núcleo de Patrimônio da SFA/AL								

O núcleo de patrimônio da SFA/AL não dispõe do valor histórico do imóvel.

Nenhuma das despesas de manutenção previstas para este ano foram realizadas, tendo sido apenas empenhadas. Para a manutenção do imóvel foram previstos R\$ 235.097,80, previstos para a construção da laje do anexo da sede, e para a manutenção das instalações a SFA/AL aderiu a um pregão para reorganização das redes elétrica e lógica no valor de R\$ 761.078,00, o somatório destas é R\$ 996.175,80.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal em Alagoas – SFA-AL.
Gabinete da Superintendência



10. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

10.1 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

QUADRO A.12.1 – GESTÃO DE TI DA UJ					
QUESITOS A SEREM AVALIADOS	AVALIAÇÃO				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.		X			
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.			2		
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.			X		
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.				X	
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			X		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.			X		
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					X
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.			50%		
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.			X		
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			X		
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?			X		
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal em Alagoas – SFA-AL.
Gabinete da Superintendência



ANEXOS

- Declaração de prestação de contas da UJ
- Declaração do IR do contador da UJ



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal em Alagoas – SFA-AL.
Gabinete da Superintendência



DECLARAÇÃO DO IR DO CONTADOR DA UJ



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que constam nos assentamentos funcionais dos servidores Alberto Jerônimo Pereira e José Calazans dos Santos, cópias de suas respectivas Declarações de Imposto de Renda, Ano-base 2009 Exercício 2010.

Brasília, 15 de fevereiro de 2011

Carlos Antonio Portugal de Assunção
Chefe de Divisão da CGAP

DECLARAÇÃO SFA-AL/MS
15/2/2011



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal em Alagoas – SFA-AL.
Gabinete da Superintendência



DECLARAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA UJ

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):			Código da UG:
SUPERINT.FED.DE AGRIC.,PEC.E ABASTECIMENTO/AL			130027
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a) CONTAS COM IMPROPRIEDADES: 142900000 E 199620400. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2010.
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T – GO